

## **O poder sagrado dos reis medievais: a realeza castelhana e portuguesa nos relatos cronísticos dos séculos XIV e XV.**

Danielle Oliveira Mércuri<sup>1</sup>

Os homens simples, segundo o filósofo racionalista Benedictus de Spinoza (1632-1677), ainda no século XVII, entendiam “por poder de Deus” tanto a sua “livre vontade”, como o seu “direito sobre tudo” o que existia. A este poder de Deus – conforme frisa o filósofo –, esses homens comuns comparavam muito frequentemente o “poder dos reis.” Dito de outro modo, as palavras do filósofo revelavam a impossibilidade tão presente ainda no pensamento dos homens comuns do Seiscentos de compreenderem o poder de Deus sem associá-lo ao poder dos reis, ou, inversamente, a dificuldade que ainda se tinha em pensar o poder monárquico desvinculado dos poderes divinos supremos. Empenhado em esboçar – sob o ponto de vista do pensamento racional– uma definição de Deus, Spinoza o havia definido/identificado como a única substância cujas variações e transformações tinham gerado o universo, por conseguinte, era de um Deus um tanto quanto abstrato, análogo à natureza, único e infinito de que tratava o filósofo (FRAGOSO, 2004: 15). Todavia, ao dizer que ainda era comum em seu tempo compreender Deus a partir das associações aos reis, o filósofo censurava a persistência no mundo cristão da aproximação reis e divindade, ou mesmo a busca de representar o divino na contingência humana (GUÉRY, 1992: 34).

Se é possível falar em permanência histórica no Seiscentos da auréola divina envolvendo os reis, é nos séculos anteriores, sob as bases do pensamento cristão, que a noção de que esses soberanos eram intermediários de Deus na terra ganhou contornos mais definidos, ou seja, é sobretudo nos séculos XIII, XIV e XV que esses soberanos se revelaram homens profanos, mas também sagrados e que o poder deles evidenciou-se tanto em aspectos visíveis como invisíveis, isto é, tanto no âmbito temporal como na esfera espiritual. Soma-se a isso, nesse período, a intensa sistematização das cerimônias

---

<sup>1</sup> Mestranda em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) campus Franca. Agência financiadora: FAPESP.

e rituais que envolviam o cotidiano régio e o atavam a uma realidade transcendente, muitas vezes acessada por via da intermediação eclesiástica.<sup>2</sup>

Os primeiros estudos acerca desse tema, quer dizer, a respeito da sacralidade régia, foram desenvolvidos pela historiografia já no início do século XX, momento em que as leituras antropológicas<sup>3</sup> cumpriram um papel crucial para o estudo da realeza, ao oferecerem novas perspectivas a um campo de pesquisa tradicionalmente vinculado às abordagens jurídicas e institucionalistas. Daí adveio o caráter pioneiro conferido ao livro *Os reis taumaturgos*, escrito pelo historiador francês Marc Bloch e publicado em 1924. Por intermédio dessa obra, que foi também um dos textos fundadores da Escola dos Annales, o historiador havia se proposto analisar o significado cultural da realeza medieval, a partir das crenças que envolviam os monarcas. Opondo-se à marginalização a que eram colocados alguns fenômenos das crenças populares, como o milagre régio da cura das escrófulas, então relegados a um campo das curiosidades irrelevantes pela historiografia de seu tempo, Marc Bloch compôs um novo quadro interpretativo da realeza, ancorando-se sobretudo nas leituras do antropólogo James Frazer e, por meio dessas, ensaiou um estudo comparativo sobre as realezas medievais européias, principalmente sobre as monarquias francesa e inglesa, no que tange ao caráter sobrenatural que rodeava os reis (GOMES, 1998: 134).

Segundo pontuou Bloch, a base da crença no milagre régio de curar remontava à aura sagrada que envolvia os antigos reis que, privados de sua condição de semideuses<sup>4</sup> com o advento do cristianismo, haviam sido relegados à condição de chefes de estado

---

<sup>2</sup> O caráter sagrado da realeza alcançou, em grande parte do ocidente europeu medieval, força de instituição, sendo esta garantida pela Igreja. Assim, o cristianismo garantiu o fortalecimento das concepções monárquicas durante o medievo a partir de um conjunto litúrgico e exegético bíblico. GORSKI, K. **Le roi-sant: un problème d'ideologie féodale**. In: Annales, Economia, Sociedade, Civilização, no. 2, 1969. p. 370.

<sup>3</sup> As obras *O ramo de ouro* e *As origens mágicas da realeza*, escritas pelo antropólogo James Frazer são dignas de nota entre os estudos antropológicos que auxiliaram os historiadores a alcançarem novas perspectivas sobre a realeza, uma vez que ofereceram estudos comparativos acerca dos mitos e crenças que envolveram as sociedades antigas. SILVA, M. C. **A realeza cristã na alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 34.

<sup>4</sup> Os reis de sociedades tribais primitivas eram considerados mágicos, pois somente a eles era creditada a possibilidade de realizar atos e gestos que aos homens comuns eram interditos, como por exemplo: a realização de sacrifícios e uniões incestuosas, momentos em que a ligação ao sangue se fazia presente. Por esse motivo, os reis muitas vezes foram associados às divindades, já que a eles cabia praticar ações que não cabiam a mais ninguém cumprir. MAKARIUS, L. **Du roi magique au roi divin**. In: Annales, Economia, Sociedade e Civilização, no. 3, 1970. p. 694.

no período medieval. Contudo, tanto a sobrevivência da crença divina que envolvia os reis, como a intermediação eclesiástica via unção e coroação, teriam possibilitado aos mesmos serem concebidos como reis cristianíssimos, vigários de Deus na terra, capazes até mesmo de realizarem ações milagrosas e curativas, ou seja, além das antigas crenças que os rodeavam, teria contribuído para o entendimento dessas capacidades o fato de esses homens terem recebido em seus corpos, através de um clérigo, os óleos santos. Não se pode esquecer que a unção foi um costume praticado na Idade Média primeiramente pelos visigodos (antigos habitantes da Hispania) por volta do século VII, derivado do mesmo costume realizado pelos reis do Antigo Testamento, mas que ganhou contornos diferentes ao longo do tempo, tendo se caracterizado predominantemente como sintoma da conversão dos reis ao catolicismo, bem como a evidência da sacralização do poder real, de acordo com a perspectiva cristã divulgada pela igreja. Já a coroação ganhou expressividade, simbolizando a origem divina do poder a partir do século V, por intermédio da coroação do Imperador de Bizâncio (ULLMANN, 1992: 38-62). Logo, coroação e unção tornaram-se as cerimônias de inauguração régia mais importantes para os reis medievais, principalmente no contexto francês e inglês, pois, purificados com os santos óleos e associados à imagem dos sacerdotes, esses reis puderam ser denominados cristianíssimos, por se acreditar que os mesmos podiam curar aqueles que sofriam com o mal das escrófulas.

Também concederam atenção ao estudo da realeza medieval no âmbito dos símbolos e dos rituais, os historiadores Percy Ernst Schramm e Ernst Kantorowicz. O primeiro, historiador alemão que, por volta de 1954-1956, lançou *Signos do Poder e Simbólica do Estado* – obra que ainda não foi traduzida para o espanhol, nem para o francês e nem para o inglês; conforme observa a historiadora Adeline Rucquoi (1992: 55) –, preocupou-se em notar como as cerimônias e rituais que envolviam os reis medievais do ocidente europeu não poderiam ser entendidas sem se levar em conta as apropriações, que tanto os papas como os imperadores, haviam feito dos modelos bizantinos. Desse modo, para esse historiador, muito se teria perpetuado do mundo antigo no medievo pela apropriação de rituais e cerimônias que eram buscados como referência no espaço bizantino, tendo esses rituais e cerimônias permitido a composição de uma sacralidade política delineada pela eminência dos soberanos justamente por via da elevação que acompanhavam os modelos religiosos (GOMES, 1998:135). No que

tange à contribuição dos estudos de Kantorowicz sobre esse tema, a publicação do seu livro *Os dois corpos do rei*, em 1957, esboçou a “confluência entre o estudo das doutrinas políticas e jurídicas com o dos significados das cerimônias que cercavam os reis” (GOMES, 1998: 136). Ou seja, esse historiador inglês buscou compreender e significar as cerimônias monárquicas a partir das categorias de análise jurídica e filosófica divulgadas e/ou apropriadas durante o medievo. No entanto, foi a propósito da condição dual dos corpos dos reis medievais, isto é, do caráter natural (humano, finito), mas também político (sagrado, infinito no sentido de que é continuado pela dinastia) que se centraram as reflexões mais densas desenvolvidas por esse historiador. Ademais, as inter-relações entre o sagrado e o profano representadas na figura do rei, como também as relações estreitas que, durante o medievo, Igreja e Estado haviam compartilhado foram aspectos abordados por esse pesquisador, já que essas relações teriam possibilitado trocas, apropriações, desvios e reatualizações entre esses dois âmbitos, no que diz respeito a variados aspectos, a saber: ritos, insígnias, doutrinas, formas de administração e outros mais. Desse modo, os estudos de Kantorowicz destacam que, para a composição da imagem dos reis medievais, as referências mais comuns teriam sido aquelas sobre as quais a Igreja tinha se erigido.

A despeito da relevância dessas pesquisas, em virtude do fato de representarem o retorno aos estudos políticos sob novas vias, como a antropológica e sociológica, jurídica e filosófica, as análises feitas pelos historiadores acima mencionados se centraram mais detidamente sobre os espaços francês, inglês e alemão. Por isso, o presente estudo se coloca – a partir da já anunciada necessidade proclamada pelos historiadores de descentrar a reflexão sobre a sacralidade régia de seu triângulo geográfico fundamental <sup>5</sup>– com o fito de explorar outras porções, que são os reinos português e castelhano-leonês, bem como expressa a necessidade de se ponderar sobre as vias de acesso ao sagrado pelos reis no medievo, já que, não obstante a unção e a coroação tenham sido as principais formas de distinção sagrada nomeadamente dos reis

---

<sup>5</sup> No colóquio de Royaumont realizado em março de 1989, na França, os organizadores Alain Boureau e Claudio- Sergio Ingerflom anunciaram tanto a necessidade de ser revisto, sob a luz dos estudos de história social e cultural, a produção do sagrado em âmbito político, como a relevância desses estudos acerca de outros espaços, que não aqueles mais estudados, a saber: o francês, o inglês o alemão. BOUREAU, A; INGERFLOM, C. S. **Avant- propos**. BOUREAU, A; INGERFLOM, C. S. (Orgs). *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: Escola de Altos estudos em Ciências Sociais, 1992. p.5.

franceses e ingleses, não foram as únicas vias de acesso à sacralidade do poder real e não foram as principais trilhadas pelos reis portugueses e castelhana-leoneses.

No tocante ao tema da sacralidade régia dos reis ibéricos, um vivo e acirrado debate historiográfico, iniciado por volta da década de sessenta do século XX, ainda hoje se coloca entre os historiadores (MENJOT, 2009: 19), dividindo-os entre aqueles que advogam uma realeza do tipo secular, em virtude da ausência, ou mesmo rarefeita frequência dos rituais de unção e coroação e do poder milagroso desses reis; e aqueles que defendem uma realeza sagrada, ao apontarem para as similitudes do que denominam “fundamentos ideológicos do poder” (NIETO SORIA, 1988) e dos aspectos cerimoniais, principalmente entre as monarquias castelhana e francesa, ou para a dispensa dessas cerimônias e elaboração de uma teoria e prática do poder específica atada aos conceitos clássicos e cristãos pelos reis ibéricos (RUCQUOI, 1992: 79). Entretanto, não obstante as divergências que marcam a maioria dos posicionamentos desses historiadores que se debruçaram sobre o estudo da sacralidade dos reis ibéricos, o que parece inegável e intrigante é que grande parte deles nutriu-se das referências dos modelos de realeza estudados por Bloch e Kantorowicz, pois se limitaram a enxergar apenas na unção, coroação e poder curativo dos reis as únicas formas de manifestação da graça divina nos reis medievais, isto é, tiveram como fito meramente aplicar o modelo de realeza sagrada setentrional às porções meridionais. Por isso, considero importante retomar alguns pontos abordados por esses historiadores.

De acordo com o que pontuou o historiador português José Mattoso, a maioria dos historiadores tendeu a negar que os reis de Castela e Leão foram coroados e ungidos com os santos óleos e associar a isso a preponderância de monarquias com nuances seculares no espaço peninsular ibérico, pois provavelmente foram levados a crer nessa hipótese inspirados pelos estudos realizados por Claudio Sánchez Albornoz (1962: 705-737). Esse renomado medievalista espanhol, ao destacar, no início da década de sessenta do século XX, que as coroações e unções de alguns reis castelhanos haviam sido esporádicas, teve como alvo assinalar a existência de uma monarquia do tipo secular, cujas cerimônias mais comuns tinham sido as de caráter laico, como a entronização e a homenagem por meio do gesto de beijar as mãos dos reis. Destarte, esse ponto de vista, conforme indica Mattoso, encontrou largo espaço e divulgação por intermédio de outros estudos realizados também na mesma década em que aquele

realizado por Sánchez Albornoz e até mesmo tempos depois. Dentre esses estudos, Mattoso cita aqueles feitos pelos historiadores Antônio Brásio e Manuel Paulo Merêa em 1962, os quais buscaram reforçar a noção da ausência de sagração e coroação dos reis ibéricos, destacadamente dos portugueses (MATTOSO, 1991: 188).

No que diz respeito ao espaço castelhano-leonês, as reflexões trazidas à luz pelo historiador cubano Teófilo Ruiz, no ano de 1984, igualmente vieram corroborar as idéias lançadas por Sánchez Albornoz. Para Ruiz, a principal diferença que marcava a imagem dos reis das porções setentrionais da Europa e aquela dos monarcas ibéricos, das porções meridionais, era o fato de que esses últimos, por terem participado tão freqüentemente do combate contra os mouros, haviam aguçado o seu caráter guerreiro e violento, por conseguinte, se diferenciavam dos monarcas setentrionais por evidenciarem o seu poder através de cerimônias seculares e ações práticas que, segundo o autor, eram desprovidas do esplendor sobrenatural (RUIZ, 1984: 432). Assim, para Ruiz os reis de Castela “exprimiram o seu poder através da manifestação mais grosseira e mais fundamental do poder individual: pelos atos pessoais de violência” (1984: 447), o que poderia ser associado à permanência de uma herança deixada pelos muçulmanos na península, uma vez que os sultões também buscaram pautar a autoridade do seu poder através da força das armas.

Combatendo essa visão, o historiador espanhol José Manuel Nieto Soria, na década de oitenta do século XX, publicou vários textos em defesa de uma sacralidade castelhano-leonesa construída a partir de expressões de propaganda e do discurso político, ligados ao reforço teórico da autoridade régia. Em *Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII* e em *Fundamentos Ideológicos del poder real em Castilla*, publicados respectivamente nos anos de 1986 e 1988, Nieto Soria, partindo de uma análise de tipos ideais semelhante àquela pensada por Max Weber, esboçava os tipos ideais das imagens das realezas medievais, classificando também as imagens do poder régio na península em: rei virtuoso, rei justo, rei guerreiro de Deus e outras mais. Para esse historiador, além de os reis castelhanos terem fundamentado o poder em aspectos comuns àqueles balizados por outros reis medievais, eles não necessitaram de forma tão recorrente como os outros monarcas de apelar para a unção, sendo isso um aspecto de fortaleza desses monarcas e não de enfraquecimento, pois a inspiração alcançada pelos monarcas que recebiam a sagração, no caso castelhano, se

considerava inerente a todo bom rei, isto é, a sacralidade era alcançada por esses monarcas independente de eles receberem os santos óleos. No entanto, além desses trabalhos, muitos outros desenvolvidos por este historiador foram e ainda hoje são realizados com a intenção de versar sobre as inter-relações entre Igreja e Estado no espaço castelhano; na maioria deles, o que chama a atenção é a intenção do autor de apontar para as semelhanças entre a configuração do estado castelhano-leonês e os demais estados em construção na Baixa Idade Média, bem como a tendência compartilhada por esses estudos de traçar paralelos entre as cerimônias da França e de Castela que envolviam o cotidiano régio e o atavam ao divino. Ou seja, embora Nieto Soria tenha dado atenção a outras formas de acesso à sacralidade pelos reis castelhanos, as suas abordagens ainda se mostram ligadas ao modelo da realeza sagrada setentrional.

Como bem notou, por volta dos anos noventa do século XX, a historiadora francesa especialista em história da península ibérica medieval, Adeline Rucquoi, os estudos dedicados às formas de representação do poder na França, Inglaterra e Império germânico se converteram – pelo o que se pode depreender dos trabalhos de pesquisa que sucederam aqueles realizados por Bloch, Schramm e Kantorowicz – nos estudos das únicas formas possíveis, senão concebíveis, do poder régio sagrado na Idade Média (1992: 57). Isso teria ocorrido, conforme discorre Rucquoi, em virtude do fato de que, seja para comprovar as ausências, ou para delinear as semelhanças, a maioria dos medievalistas que se voltaram para esse tema não colocou em questão a validade explicativa das teorias relativas às realezas setentrionais. E é justamente a partir de uma análise crítica a propósito desses estudos, quer dizer, referente às realezas setentrionais, que a historiadora procurou traçar que tipo de poder teriam tido os reis ibéricos, notadamente castelhanos.

Para essa historiadora, foi comum às abordagens feitas por Bloch, Schramm e Kantorowicz o ponto de partida da obra de Henri Pirenne *Maomé e Carlos Magno*,<sup>6</sup> na qual o mesmo assinalava o deslocamento geográfico do mundo político e cristão para o norte da Europa, a partir das conquistas muçulmanas iniciadas no século VIII. Desse

---

<sup>6</sup> Segundo defende Henri Pirenne as invasões germânicas não puseram fim à unidade mediterrânea, visto que a ruptura com a tradição grego-romana só ocorreu com a invasão islâmica. Para esse historiador a invasão islâmica à Europa significou a quebra da unidade entre Oriente e Ocidente e o início da feudalidade, tendo a vida econômica, cultural e política do ocidente europeu se deslocado do Mediterrâneo para o norte da Europa nesse período. PIRENNE, H. **Maomé e Carlos Magno**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. p.153

modo, o deslocamento do eixo da vida econômica, política e cultural do Mediterrâneo para o norte, defendido por Pirenne, justificaria o desenvolvimento de realezas modelares nessas porções, as quais eram consideradas centro do mundo cristão de então e, ao mesmo tempo, a presença de realezas rudimentares, grosseiras e violentas nas porções voltadas para o Mediterrâneo, as quais eram consideradas a “periferia”<sup>7</sup> do mundo cristão de então. Todavia, Rucquoi refuta essa perspectiva ao afirmar que as porções ibéricas não tiveram as relações comerciais e intelectuais interrompidas pela presença muçulmana, mas sim constituíram regiões densamente urbanizadas, romanizadas, cristianizadas, assim como se organizaram em centros propulsores do saber no período em questão; ao passo que as porções setentrionais, essas sim foram regiões fracamente urbanizadas e tardiamente cristianizadas. Em virtude desses fatores, a historiadora ressalta que apesar de não terem sido unguídos, coroados e nem terem tido o poder de curar como fundamentos do poder, os reis da península ibérica – por esta região ter sido herdeira da tradição romana, ter sido cedo cristianizada e ter se entregado desde longa data à empresa cristã cruzadista – elaboraram uma teoria e prática do poder condizente com os conceitos clássicos e cristãos, os quais se faziam notar pela presença do direito romano nos escritos, pela defesa da fé cristã diante da iminente ameaça muçulmana e pelo dever do rei de ser sábio, para poder instruir os povos de seu reino.

Como se pode perceber, a maioria desses estudos tiveram como eixo condutor uma análise geral daqueles que teriam sido os fundamentos do poder dos reis ibéricos medievais. Contudo, o que proponho é colocar em diálogo as formas e expressões do poder sagrado dos reis portugueses e castelhano-leoneses, ou seja, proponho um estudo comparativo sobre as atitudes, os gestos e as palavras – evidenciados através da escrita sobretudo cronística – que permitiram tanto aos monarcas portugueses como aos castelhanos colocar em evidência o poder que julgavam provir fundamentalmente de Deus. Ora, é importante recordar que, na Península Ibérica, durante a Baixa Idade Média, muitos reinos já tinham os seus territórios delimitados, assim como se constituíam como porções independentes, por isso, não obstante comungassem certo

---

<sup>7</sup>É importante lembrar que por volta das décadas de setenta e oitenta do século XX é desenvolvida a teoria de sistemas mundiais pelo sociólogo Immanuel Wallerstein e outros estudiosos. Segundo essa teoria o mundo do capital apresentava-se marcado por hierarquias entre as porções centrais e as periféricas, em que o centro se “alimentava”, se enriquecia, por via das porções marginais. Com isso, ao longo dos anos oitenta desse século multiplicaram-se os estudos a respeito do caráter periférico da península ibérica. RUCQUOI, A. Op. cit., p. 56.



passado, aos poucos os cronistas vão delimitando através da escrita as origens e um passado próprios desses reinos. Ademais, a relação desses reis com o sagrado, bem como o uso de rituais que colocassem em relevo esse aspecto não foram uniformes na Península Ibérica, já que, a despeito de a unção e a coroação terem sido práticas comuns no reino de Aragão e de Navarra, elas foram esporádicas no reino de Castela e praticamente não há menção das mesmas no que se refere ao espaço português.<sup>8</sup> Por isso, lanço as seguintes questões: será que se pode falar em unidade peninsular no que diz respeito à sacralização do poder real dos monarcas, notadamente portugueses e castelhano-leoneses? Quais foram as vias de acesso à sacralidade do poder real nesses reinos?

Com a meta de alcançar algumas respostas a essas questões, foram selecionadas algumas crônicas que, produzidas por oficiais régios ligados à chancelaria ou ao arquivo régio desses reinos, tiveram a clara missão de justificar/sobrelevar os reis e as dinastias nascentes que se queriam fazer legítimos. Em outras palavras, decidi focar as produções cronísticas realizadas em Castela e em Portugal nos séculos XIV e XV, pois, a ascensão da casa real de Trastâmara no primeiro caso e da dinastia de Avis no segundo significou um incentivo maior por parte do poder régio à mobilização do escrito em prol de um sentido transcendente/ divino/sagrado, ligado aos reis e ao tempo que cada um deles inaugurava. Não se pode esquecer que, nos casos castelhano e português, a acentuação da origem divina do poder real ocorreu respectivamente nos séculos XIV e XV, período em que se nota um maior avanço do poder real sobre o espiritual. Momento em que igualmente se percebe o que alguns historiadores entendem como a manifestação do Estado Moderno,<sup>9</sup> e que encontra significativa expressão no âmbito das relações entre Estado e Igreja. Desse modo, a configuração de uma monarquia proeminente se deu tanto em Castela como em Portugal por via da acentuação da origem divina do poder real, tendo encontrado ensejo para tanto nos escritos que buscavam fixar uma história

---

<sup>8</sup> A despeito da maioria dos historiadores considerarem que não foi uma prática comum entre os reis portugueses serem coroados e ungidos, o historiador José Mattoso aponta em seus estudos, diz que os reis da dinastia de Borgonha em Portugal foram coroados e ungidos, pois os cronistas pelo uso de palavras truncadas, ou pelo reduzido interesse acerca dos rituais de investidura régia, não foram capazes de traduzi-los por via da escrita. MATTOSO, J. **A coroação dos primeiros reis de Portugal**. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. *A memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991, p. 191.

<sup>9</sup> José Manuel Nieto Soria utiliza esse termo, porém Margarida Garcez Ventura prefere utilizar as expressões: poder régio e poder temporal

sobre os reinos, especialmente nas crônicas (BLANCHARD; MUHLETHALER, 2002: 2). Logo, será possível analisar o uso do escrito pelo poder e igualmente o escrito como configuração do poder, já que o primeiro pode ser visto como meio de concretização e respaldo, por intermédio do qual um Estado poderia construir sua história e, desse modo, seu passado (COCULA, 2005: 12-13). Por esse motivo, proponho um estudo que se debruce sobre as crônicas dos reis *D. Pedro I, D. Henrique II, D. Juan I e D. Henrique III*, escritas em Castela no final do século XIV e início do XV pelo chanceler Pero López de Ayala; e sobre as crônicas dos reis *D. Pedro, D. Fernando e D. João I*, escritas em Portugal em meados do século XV pelo primeiro cronista oficial português Fernão Lopes.

No que diz respeito às crônicas ayalinas, como o chanceler Pero López de Ayala iniciou uma primeira versão de suas crônicas em 1379 e a finalizou por volta de 1383 – forma inicial essa que é designada atualmente como Abreviada –, bem como empreendeu, no ano de 1388, um trabalho de reescrita dessa versão, compondo uma segunda redação de suas crônicas, então designada de Vulgar, tive a preocupação de levantar informações a respeito dessas versões. Essa variação compositiva, segundo os estudos mais recentes, compete apenas às crônicas dos reinados de D. Pedro I e D. Henrique II, já que as crônicas de D. Juan I e D. Henrique III foram escritas durante o reinado desses reis somente uma vez. Atualmente são conhecidos vinte e quatro manuscritos da *Crônica do rei D. Pedro e do rei D. Henrique seu irmão*, dezessete da tradição Vulgar e sete manuscritos da Abreviada. Dentre as diversas edições já realizadas das crônicas ayalinas,<sup>10</sup> utilizo como referência para analisar os reinados de D. Pedro I e D. Henrique II aquela elaborada por German Orduña, visto ser essa a primeira das edições em que o editor busca os manuscritos que mais se aproximam da versão primeira do chanceler Ayala: reunir em unidade cronística os reinados dos irmãos D. Pedro I e D. Henrique II.<sup>11</sup> Orduña visa esboçar com essa edição como Ayala cria uma estrutura cronística atípica para um caso especial na historiografia castelhana e para explicar a sucessão real ao trono em Castela, já que o chanceler inicia a escrita das

---

<sup>10</sup> Já se debruçaram sobre as crônicas ayalinas realizando edições comentadas das mesmas: Jerônimo Zurita, Diego Dormer (1683), Eugenio de Llaguno Amírola (1779), Cayetano Rosell, Constance e Heanon Wilkins (1985). ORDUÑA, G. **Crónica Del Rey Don Pedro y Del Rey Don Enrique su Hermano, hijos Del Rey Don Alfonso Onceno**. vol I. P- XV- XXXIV.

<sup>11</sup> A edição organizada por German Orduña pauta-se no manuscrito da Biblioteca Lázaro Galdiano.

crônicas relatando os últimos anos do reinado de D. Afonso XI e ainda narra a coexistência entre dois reis, D. Pedro I e D. Henrique II, resolvendo a problemática situação decorrida da coroação do sucessor bastardo três anos antes da morte do sucessor legítimo.

Acerca dos reinados de *D. Juan I* e *D. Henrique III*, utilizo como base de análise respectivamente as edições realizadas por Jorge Norberto Ferro e Cayetano Rosell. O primeiro editor dá continuidade ao trabalho realizado por Orduña, ao analisar criticamente a crônica de D. Juan I, lembrando que, embora essa crônica tenha sido vista como uma narrativa dos comezinhos do reino castelhano-leonês e carregada de um tom burocrático, nela se pode notar mais nitidamente as nuances da composição da sociedade e do reino castelhano do século XIV e XV.<sup>12</sup> Sobre o reinado de D. Henrique III, a opção por trabalhar a edição preparada por Cayetano Rosell deve-se ao fato de que, a despeito de apresentar alguns problemas, como a inserção de dados que não foram escritos por Ayala, uma vez que o mesmo morreu antes de completá-la, ainda é a edição mais completa.

Outras fontes usadas como base desta pesquisa são aquelas que constituem o corpus historial no qual é narrada a crise portuguesa de 1383-1385, a saber, as crônicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I* escritas por volta de 1438-1440 pelo primeiro cronista oficial régio português, Fernão Lopes. Nessas crônicas, Fernão Lopes, buscando sustentar seu historiar em documentos e no confronto de várias versões sobre os fatos relatados, empenha-se na afirmação do Mestre de Avis, oferecendo a esse período conturbado da história portuguesa não só o sentido de continuidade que deveria marcar a transição de uma dinastia a outra (Borgonha- Avis), mas também o sentido de um novo tempo, ou seja, uma nova idade inaugurada por um rei Messias. No tocante ao reinado de D. Pedro foi utilizada a crônica editada e comentada por Damião Peres, ao reinado de D. Fernando, aquela preparada por Luciano Cordeiro e, ao reinado de D. João I, aquela organizada por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por Luís F. Lindley Cintra; pois as mesmas apresentam versões bem elaboradas e inseridas de apontamentos tanto a propósito do vocabulário como em relação às condições de escrita.

---

<sup>12</sup> Folha de rosto da edição crítica, estudo preliminar e notas de Jorge Norberto Ferro sobre a **Crônica del Rey Don Juan Primero**. SECRIT: Buenos Aires, 2009.

No percurso de indagação acerca da sacralização do poder dos reis portugueses e castelhanos, darei atenção, primeiramente, à produção cronística castelhana em finais do século XIV e início do XV, com a meta de aclarar o papel desempenhado pelo chanceler Pero López de Ayala e de seus escritos na sociedade castelhano-leonesa desse período. Nesse espaço também proponho uma breve discussão sobre as relações entre o poder e o divino na Idade Média, ponderadas por grandes pensadores medievais como: Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha e especialmente por São Tomás de Aquino e Egídio Romano, cujos escritos foram apropriados pelo chanceler Ayala para a composição de uma imagem negativa do rei D. Pedro. Já na segunda parte da pesquisa procuro pensar essas mesmas questões no espaço português, ou seja, o papel das crônicas para a consolidação do poder régio em Portugal em finais do século XIV e início do XV, a procura da realeza portuguesa por afirmar-se através da escrita de sua história e a vinculação estabelecida, a partir da criação do cargo de cronista régio em 1434, entre a escrita da história e o poder régio. Ademais, busco analisar como o cronista português Fernão Lopes constrói a imagem de D. João I e de seus descendentes vinculando-a à esfera do sagrado e como concede ao tempo que narra os foros de um novo período. Por fim, na terceira parte do desenvolvimento da pesquisa coloco em diálogo tanto a produção/organização da escrita em Portugal e Castela no período em questão, como expresso a preocupação de traçar as aproximações e os distanciamentos a propósito da sacralização do poder real nesses reinos.

## **Bibliografia**

BLANCHARD, J; MUHLETHALER, J.C. **Écriture et pouvoir à l'aube des temps modernes**. Paris: Imprensa da Universidade, Paris, 2002.

BOUREAU, A; INGERFLOM, C. S. (Orgs). **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: Escola de Altos estudos em Ciências Sociais, 1992.

COCULA, A. **L'écriture publique du pouvoir**. Paris : Difusão Bocard, Paris, 2005.

FRAGOSO, E. A. R. **A definição de Deus na Ética de Benedictus Spinoza**. Fortaleza: Revista Kalagatos, v.2, no.4, 2005.

GOMES, R. C. **A reflexão antropológica na história da realeza medieval**. Portugal: Etnográfica, vol. II, no. 1, 1998.

GORSKI, K. **Le roi-sant: un problème d'ideologie féodale**. In: Annales, Economia, Sociedade, Civilização, no. 2, 1969.

GUÉRY, A. **La dualité de toutes les monarchies et la monarchie chrétienne**. In: BOUREAU, A; INGERFLOM, C. S. (Orgs). **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: Escola de Altos estudos em Ciências Sociais, 1992.

MAKARIUS, L. **Du roi magique au roi divin**. In: Annales, Economia, Sociedade e Civilização, no. 3, 1970.

MATTOSO, J. **A coroação dos primeiros reis de Portugal**. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. A memória da Nação. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991

MENJOT, D. **L'historiographie du moyen age espagnol: de l'histoire de la différence à l'histoire de las différences**. Études et bibliographie. E-Spania. França: Sorbonne, no.8, dezembro de 2009.

NIETO SORIA, J. M. **Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madri: Eudema, 1988.

ORDUÑA, G. **El arte narrativo y poético del canciller Ayala**. CSIC: Madri, 1998.

PIRENNE, H. **Maomé e Carlos Magno**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

RUCQUOI, A. **De los Reyes que non son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España**. México: Relaciones, 1992.

RUIZ, T. **Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge**. In: Annales, Economia, Sociedade, Civilização. vol.39, n.3 1984, p.432

SANCHEZ ALBORNOZ, C. **La ordinatio principis en la Espanã goda y post-visigoda**. In: Estudios sobre las instituciones medievales españolas. México, 1962.

SILVA, M. C. **A realeza cristã na alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)**. São Paulo: Alameda, 2008.

ULLMANN, W. **Historia del pensamiento político en la Edad Média**. Editorial Ariel: Barcelona, 1992.